

Pouso Alegre, 09 de setembro de 2022

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO:

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº1371 DE 06 DE SETEMBRO DE 2022**, que autoriza a abertura de crédito suplementar, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

A Constituição da República Federativa do Brasil assegura aos Municípios o direito de legislar sobre assuntos de interesse local, conforme art. 30, I. Conseqüência da CRFB, o art. 39 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre atribui ao Poder Legislativo municipal o dever de “*identificar os interesses da comunidade*”, e “*dispor normativamente sobre eles*”.

A seu turno, garantindo o devido processo legislativo, o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica, e o artigo 67 e ss. do Regimento Interno Câmara Municipal de Pouso Alegre, determinam a competência das comissões permanentes para estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas, carreando-se para a Comissão de Administração Pública (art. 70, RICMPA), o dever de examinar as proposições referentes as matérias desta natureza, vale dizer:

A expressão “Administração Pública” pode ser empregada em diferentes sentidos:

1º – Administração Pública em sentido subjetivo, orgânico ou formal é o conjunto de agentes, órgãos e entidades públicas que exercem a função Administrativa.

2º – Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional, mais adequadamente denominada “administração pública” (com iniciais minúsculas), é a atividade estatal consistente em defender concretamente o interesse público. No que diz respeito ao aspecto material da administração pública, isto é, utilizada a expressão para designar uma atividade estatal, pode-se distinguir a administração pública lato sensu, compreendendo tanto a função administrativa quanto a função política (ou de governo). Já administração pública stricto sensu abrange exclusivamente o desempenho da função administrativa (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Neste sentido, a Comissão de Administração Pública analisou o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Orçamentário Suplementar, no valor de “R\$ 466.429,63 (*quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte nove reais e sessenta e três centavos*) para adequação de dotações orçamentárias da Superintendência de Esportes”.

A Comissão de Administração Pública verificou, ainda, na Justificativa:

Vimos por meio deste projeto de lei, solicitar a esta Egrégia Câmara a autorização para suplementação orçamentária na fonte de recurso próprio, (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA) no valor de R\$ 366.429,63 (trezentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos) e ainda, solicitar a criação de dotação com o elemento de (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA) com Vínculo 2001001 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para que possamos dar seguimento na abertura de Licitação cujo Objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS DOS BAIROS PRIMAVERA, SANTO IVO E JARDIM OLÍMPICO INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA”. Considerando que a Superintendência Municipal de Esportes é responsável pela administração das áreas públicas específicas de esporte no Município, pelo estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo aos esportes nas comunidades do Município e ainda por

realizar a recuperação, preservação, manutenção e expansão da infraestrutura de esporte no Município, conforme disposto no Art.43 da Lei Ordinária nº 5.881 de 10 de novembro de 2017, fica sob a responsabilidade desta Superintendência a iniciativa em abertura de Licitação para este Objeto de Reforma de áreas Esportivas. A Licitação em questão é de demasiada importância para o Município, tendo em vista a necessidade de espaços de esportes e lazer em excelente qualidade para atender melhor aos Munícipes de modo que poderão ser usufruídos servindo como um ambiente de prática de atividades físicas. Atividades Físicas estimulam à saúde em excelência, bem como desenvolve qualidades físicas no campo da coordenação motora e do fortalecimento das articulações. Logo, nota-se que, para além de sua função de divertimento, o esporte é uma instituição social. Por conseguinte, a reforma das quadras poliesportivas no município promoverá a inclusão entre os jovens e o fomento às práticas esportivas. Nesse contexto, percebe-se a importância do Município em garantir projetos esportivos, por intermédio da reforma e manutenção de quadras poliesportivas, visando fornecer todo o conhecimento e oportunidades proporcionadas pelo esporte. Diante do exposto, percebe-se a necessidade de investimento, pela Administração Municipal, em políticas públicas que aproximem todos os cidadãos ao esporte, para que este contribua para o desenvolvimento da sociedade na promoção do bem-estar social, e, finalmente, na inclusão de todos. Por fim, é válido destacar o aspecto legal desse estímulo às práticas desportivas. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) responsabiliza o Estado, a sociedade e a família como partes que devem tratar as crianças e os adolescentes com prioridade máxima sobre políticas públicas e destinação e liberação de recursos financeiros. E o esporte possui uma força benéfica tão acentuada que é tido como ferramenta de promoção ao respeito para alcançar a juventude, especialmente os grupos socialmente excluídos da sociedade. Isso se corrobora no acordo entre o Brasil e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), acordo este que visa utilizar o esporte como mecanismo para prevenir o crime e o uso de drogas entre os jovens e essa iniciativa é parte integrante do Programa Global de Implementação da Declaração de Doha.

Prima facie, a Comissão de Administração Pública assinala que a Câmara Municipal é competente para “autorizar a abertura de créditos, nos termos do art. 39, Parágrafo único, I, “a” da Lei Orgânica do Município.

Outrossim, o orçamento público encontra-se jungido ao princípio da legalidade (art. 37 da CRFB), não devendo a lei orçamentária conter dispositivos estranhos ao orçamento do ente público e suas instituições. Contudo, tal exigência não poderá engessar despesas públicas, porquanto, ao longo do exercício financeiro, situações novas podem despontar, tornando-se forçoso a alteração do orçamento público.

Assim, a Constituição prevê a abertura de créditos orçamentários adicionais, capazes de fomentar o custeio de despesas e gastos provenientes de situações imprevisíveis, emergenciais, ou, ainda, lastrear mudanças de estratégia nas políticas públicas.

No tocante ao crédito suplementar:

Essa modalidade, prevista na CRFB/88 em seu art. 167, V, c/c o § 2º, também já encontrava previsão no art. 41, I, da Lei n. 4.320/64. A abertura e a destinação do crédito suplementar fundamentam-se na necessidade de reforço da dotação orçamentária. Verifica-se então que, diversamente dos créditos extraordinários, os créditos suplementares possuem previsão na Lei Orçamentária; as dotações são suplementadas, tendo em vista que o crédito orçado não foi suficiente. Destaque-se que o art. 165, § 8º, da CRFB/88 prevê que a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição, por questões já expostas, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Isto porque, se já existia dotação prévia na Lei Orçamentária Anual, não haveria qualquer confronto ou violação ao princípio da legalidade orçamentária. Contudo, apesar dessa possibilidade, por outro lado, o art. 167, V, da CRFB/88 prevê que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Assim, a abertura do crédito suplementar, que terá sempre vigência dentro do exercício financeiro, depende da existência de recursos disponíveis; tais créditos são abertos por decreto do Executivo após autorização por lei, e podem ser autorizados na própria Lei Orçamentária ou em lei especial. Destaque-se que por ser o crédito suplementar um suplemento de verbas naquela determinada dotação, não se admite prorrogação (CARNEIRO, Claudio Curso de Direito Tributário e Financeiro / Claudio Carneiro. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020).

Todavia, o art. 167, V, da CRFB/88 proíbe a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Recepcionado e até mesmo corolário da normativa constitucional, o art. 43 da Lei 4320/1964 cognomina ao ente público o dever de discriminar as fontes de recursos para o crédito em tela:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei; e

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Quanto a anulação de dotação orçamentária prevista no art. 2º, será utilizado crédito decorrente em benefício da coletividade municipal, restando patente o interesse público. Como assinala Maria Sylvia Zanella:

Esse princípio está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação (...) em primeiro lugar, as normas de direito público, embora protejam reflexamente o interesse individual, têm o objetivo primordial de atender ao interesse público, ao bem-estar coletivo (...). Em nome do primado do interesse público, inúmeras transformações ocorreram. Houveram uma ampliação das atividades assumidas pelo Estado para atender às necessidades coletivas, com a consequente ampliação do próprio conceito de serviço público. (...). Surgem, no plano constitucional, novos preceitos que revelam a interferência crescente do Estado na vida econômica e no direito de propriedade; assim são as normas que permitem a intervenção do Poder Público no funcionamento e na propriedade das empresas, as que condicionam o uso da propriedade ao bem-estar social (...). Tudo isso em nome dos interesses públicos que incumbe ao Estado tutelar (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020)

Desta forma e parametrizado pelo comando do art. 37 da CRFB, poderá o ente público modificar programações havidas na lei orçamentária vigente, a teor do interesse público.

Por derradeiro, a Comissão de Administração Pública verificou o adimplemento das obrigações do art. 43 da Lei 4320/1964, a teor das disposições contidas nos artigos 2º e seguintes, e Anexos referentes à Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, e Declaração de Adequação Orçamentária e de Compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

Diante do exposto, considerando as disposições e justificativa para o Projeto de Lei, segue a conclusão deste Parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO:

Em conclusão, considerando a fundamentação exarada, a Comissão de Administração Pública manifesta-se **FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei 1371/2022, podendo prosseguir em tramitação nos termos da lei.

Igor Tavares

Relator

Vereador Miguel Junior Tomatinho

Presidente

Vereador Oliveira Altair

Secretário